



Brasiljurídico

CURSOS JURÍDICOS

Concurso para a Magistratura

TJ-SE

Arrecadação de recursos e prestação de contas. Pesquisas eleitorais e propaganda política. Abuso de poder nas eleições e condutas vedadas. Ações e recursos eleitorais. Crimes eleitorais e processo penal eleitoral.

Jaime Barreiros Neto
E-mail: jaimebarreirosneto@globo.com



ARRECADAÇÃO DE RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS

- 1. (Cespe – Juiz de Direito Substituto – MA/ 2013)** Acerca do financiamento de campanhas eleitorais, assinale a opção correta com base no disposto na legislação eleitoral.
- a) Eventual sobra de recursos de campanha eleitoral pode ser distribuída equitativamente entre todos os candidatos do partido.
 - b) Nas eleições realizadas em 2012, coube aos partidos políticos definir o limite de gastos de campanha para cada cargo em disputa.
 - c) Sindicato patronal ou de trabalhadores pode realizar contribuição às campanhas eleitorais, desde que tal despesa seja autorizada por assembleia geral convocada especificamente para deliberar sobre isso.
 - d) É vedado o financiamento de campanhas eleitorais por empresas do setor financeiro.

2. (Cespe – Juiz de Direito Substituto-CE/ 2012) Assinale a opção correta acerca da arrecadação, da aplicação de recursos e da prestação de contas de campanha.

- a) As doações de recursos financeiros somente podem ser efetuadas em conta específica por meio de cheques cruzados e nominais.
- b) É vedado a candidato o recebimento de doação em dinheiro procedente de quaisquer cooperativas.
- c) As prestações de contas dos candidatos às eleições majoritárias são feitas pelo comitê financeiro ou pelo próprio candidato.
- d) Tratando-se de coligação, os partidos que a compõem deverão fixar valor máximo único de gastos com as campanhas de seus candidatos, observados os limites legais.
- e) Candidatos são obrigados a se inscrever no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

3. **(UFPR – Juiz de Direito Substituto-PR/ 2012)** A prestação de contas perante a Justiça Eleitoral é devida:
- a) apenas pela coligação partidária formada em qualquer pleito eleitoral para os cargos que demandam eleição proporcional.
 - b) apenas pelos candidatos que tiveram seus registros deferidos para o pleito eleitoral.
 - c) pelas coligações partidárias, pelos partidos políticos e pelos candidatos, ainda que estes últimos não tenham sido eleitos.
 - d) pelas coligações partidárias e pelos partidos políticos, quando ao menos um de seus candidatos tenha sido eleito.

PESQUISAS ELEITORAIS E PROPAGANDA ELEITORAL

1. **(FGV – Juiz Substituto – MS/ 2008)** A Propaganda Eleitoral Irregular:
 - a) é definida por atos de promoção pessoal.
 - b) é caracterizada com a distribuição de informativo acerca da atuação do pré-candidato enquanto secretário municipal.
 - c) gera infração de caráter penal-eleitoral.
 - d) constitui abuso de poder econômico.
 - e) pode ocorrer de forma subliminar.

2. (Vunesp – Juiz de Direito Substituto-MG/ 2012) É correto afirmar que a propaganda eleitoral pela internet

- a) será sempre gratuita, se feita por meio de *sites* dos candidatos e partidos políticos.
- b) será admitida somente se for propaganda paga e se feita por meio de *sites* de pessoas jurídicas de direito privado, *blogs* e congêneres.
- c) poderá ser feita de forma gratuita, desde que assegurada igualdade de tratamento a candidatos, partidos e coligações, em *sites* oficiais e da Administração Pública indireta, em todos os níveis federativos.
- d) será sempre gratuita.

3. (FCC – Juiz Substituto – AP/ 2009) A partir da escolha de candidatos em convenção, é assegurado o direito de resposta a candidato, partido político ou coligação, atingidos, ainda que de forma indireta, por conceito, imagem ou afirmação caluniosa, difamatória, injuriosa ou sabidamente inverídica, difundidos por qualquer veículo de comunicação social. O prazo para o ofendido, ou seu representante legal, pedir o exercício do direito de resposta à Justiça Eleitoral será de 72 horas, contado a partir da divulgação da ofensa, quando se tratar

- a) do horário eleitoral gratuito na televisão.
- b) do horário eleitoral gratuito no rádio.
- c) de órgão da imprensa escrita.
- d) da programação normal das emissoras de rádio.
- e) da programação normal das emissoras de televisão.

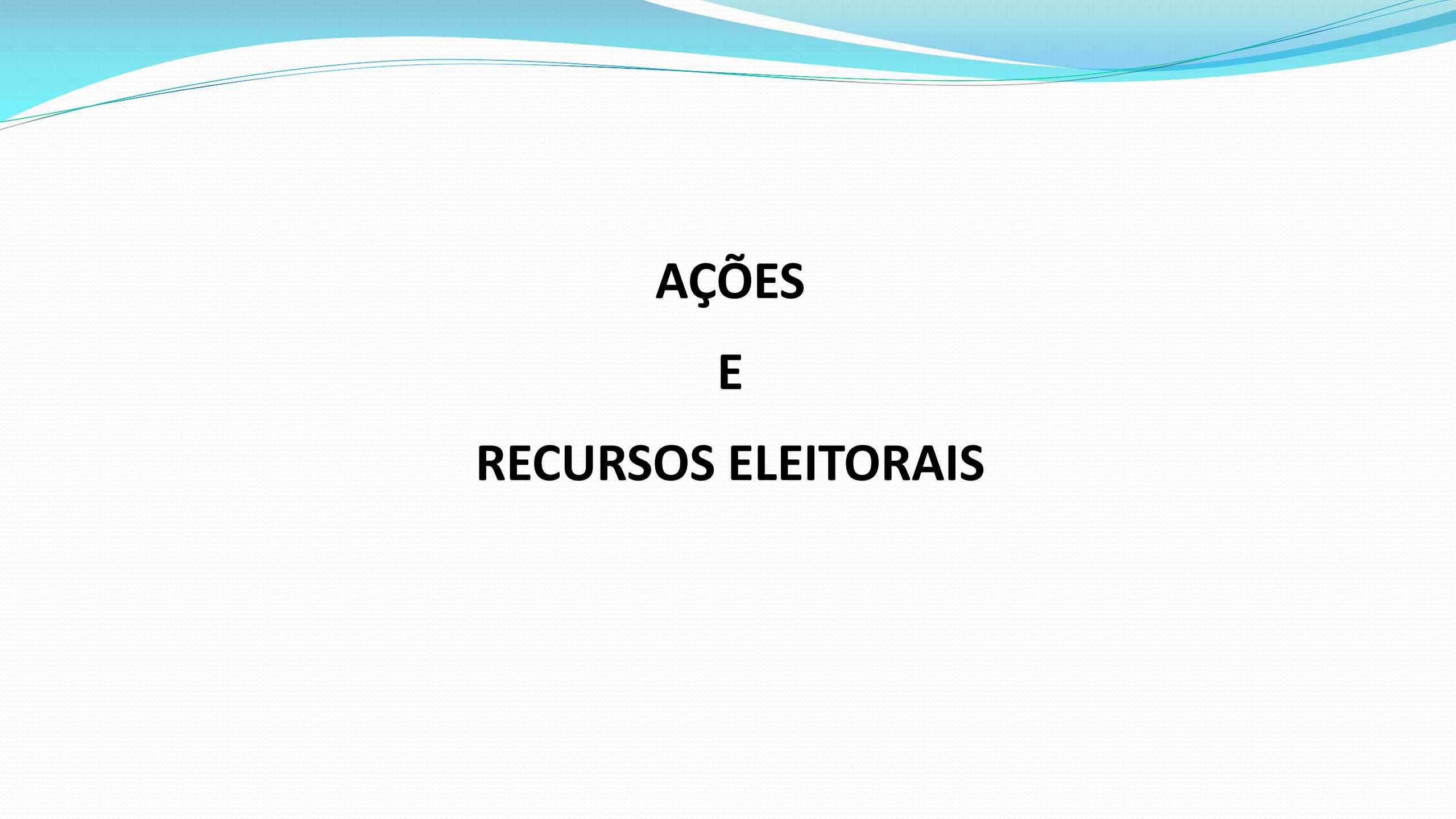


ABUSO DE PODER NAS ELEIÇÕES E CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM CAMPANHAS ELEITORAIS

1. **(FCC – Juiz Substituto – RR/ 2008)** É vedado aos agentes públicos em campanhas eleitorais para cargos do Poder Executivo, nos três meses que antecedem o pleito,
 - a) autorizar a contratação de shows artísticos com recursos públicos na realização de inaugurações.
 - b) efetuar nomeações para cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança.
 - c) efetuar nomeações para cargos dos Tribunais de Contas e dos órgãos da Presidência da República.
 - d) efetuar nomeações dos aprovados em concursos públicos homologados antes de três meses da posse dos eleitos.
 - e) transferir ou remover ex officio militares, policiais civis e agentes penitenciários.

2. (Cespe – Juiz de Direito Substituto-CE/ 2012) A respeito do fornecimento gratuito de transporte e refeições, em dias de eleição, a eleitores residentes nas zonas rurais, assinale a opção correta.

- a) A indisponibilidade, em dia de eleição, do transporte de eleitores, a cargo da justiça eleitoral, exime o eleitor de zona rural do dever de votar.
- b) A justiça eleitoral pode, em alguns casos, fornecer refeições a eleitores de zonas rurais, correndo as despesas, nessa hipótese, por conta do fundo partidário.
- c) Os veículos e embarcações de uso militar ficam à disposição da justiça eleitoral, em dias de eleição, para o transporte gratuito de eleitores das zonas rurais.
- d) Se a utilização de veículos pertencentes à União, estados e municípios não for suficiente, cabe à justiça eleitoral custear, com seus próprios recursos, os serviços requisitados de particulares.
- e) O transporte de eleitores em dia de eleição, a cargo da justiça eleitoral, pode ser feito entre municípios vizinhos de uma mesma unidade da Federação.



AÇÕES E RECURSOS ELEITORAIS

1. **(FGV – Juiz de Direito Substituto-PA/ 2009)** O pedido de abertura de investigação judicial para apurar o uso indevido, desvio ou abuso de poder econômico, através de representação à Justiça Eleitoral, poderá ser feito apenas:
- a) pelo Ministério Público Eleitoral, após recebimento de denúncia de candidatos.
 - b) por qualquer partido político, coligação, candidato ou pelo Ministério Público Eleitoral.
 - c) por membro do diretório regional de partido político, candidatos, partidos políticos ou coligação.
 - d) pelo Corregedor-Geral ou Regional da Justiça Eleitoral ou pelo Ministério Público Eleitoral.
 - e) por candidato, membro do diretório regional de partido político ou partido político.

2. (FCC – Juiz de Direito Substituto – PE/2013) É correto afirmar que

- a) caberá a qualquer candidato, a partido político, coligação ou ao Ministério Público, no prazo de dez dias, contados da publicação do pedido de registro do candidato, impugná-lo em petição fundamentada.
- b) a impugnação, por parte do candidato, partido político ou coligação, impede a ação do Ministério Público no mesmo sentido.
- c) não poderá impugnar o registro de candidato o representante do Ministério Público que, nos quatro anos anteriores, tenha disputado cargo eletivo, integrado diretório de partido ou exercido atividade político-partidária.
- d) o impugnante especificará, desde logo, os meios de prova com que pretende demonstrar a veracidade do alegado, arrolando testemunhas, se for o caso, no máximo de sete.
- e) a partir da data em que terminar o prazo para impugnação, passará a correr, após devida notificação, o prazo de dez dias para que o candidato, partido político ou coligação possa contestá-la, juntar documentos, indicar rol de testemunhas e requerer a produção de outras provas, inclusive documentais, que se encontrarem em poder de terceiros, de repartições públicas ou em procedimentos judiciais, ou administrativos, salvo os processos em tramitação em segredo de justiça.

3 (Vunesp – Juiz Substituto – SP/ 2011) Leia atentamente as assertivas a seguir.

- I. O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de 15 dias contados da proclamação dos resultados eleitorais.
- II. A ação de impugnação de mandato é exercível por qualquer cidadão e se submete ao princípio da mais completa publicidade.
- III. É vedada a cassação de direitos políticos, enquanto que a perda ou suspensão de direitos políticos decorrem de várias causas.
- IV. Os casos de inelegibilidade previstos na Carta Republicana constituem numerus clausus.
- V. A vida pregressa do candidato pode ser considerada para fins de inelegibilidade.
- VI. A impugnação do mandato eletivo não prescinde de provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

São corretas apenas as assertivas

- a) I, II e III.
- b) II, III e IV.
- c) III, V e VI.
- d) I, IV e V.
- e) III, IV e VI.

4 (FCC – Juiz Substituto – MS/ 2010) É correto afirmar sobre recursos eleitorais:

- a) sempre têm efeito suspensivo.
- b) deverão ser interpostos em cinco dias da publicação do ato, resolução ou despacho sempre que a lei não fixar prazo especial.
- c) possuem prazos preclusivos para interposição, inclusive quando neles se discute matéria constitucional.
- d) a distribuição do primeiro recurso que chegar ao Tribunal Regional ou Tribunal Superior previne a competência do relator para todos os demais casos do mesmo município ou Estado.
- e) para os Tribunais Regionais e para o Tribunal Superior cabe, dentro de cinco dias, recurso dos atos, resoluções ou despachos dos respectivos presidentes.



CRIMES ELEITORAIS E PROCESSO PENAL ELEITORAL

1. (FGV – Juiz Substituto – MS/ 2008) Havendo conexão entre crime eleitoral e crime comum é competente:

- a) a Justiça Eleitoral.
- b) a Justiça Comum.
- c) o juiz que recebeu a denúncia.
- d) a Justiça Comum, para o crime dessa natureza, e a Justiça eleitoral, para o crime eleitoral.
- e) a Justiça para a qual foi inicialmente distribuída a denúncia envolvendo os crimes conexos.

3. (FGV – Juiz de Direito Substituto-PA/ 2009) Quando a lei determina a agravação ou atenuação da pena de crime eleitoral, sem mencionar o quantum, deve o juiz, guardados os limites da pena cominada ao crime:

- a) fixá-lo entre 1/2 e 1/4.
- b) fixá-lo em 1/4.
- c) fixá-lo em 1/2.
- d) fixá-lo entre 1/5 e 1/3.
- e) fixá-lo entre 1/5 e 1/10.